

**DIVULGAÇÃO DO ESPELHO E RESULTADO PRELIMINAR DA  
PROVA DISCURSIVA  
CONCURSO PÚBLICO DE CURURUPU-MA**

| <b>PROVA DISCURSIVA DE ASSESSOR JURÍDICO</b> |                  |                             |           |           |             |                 |
|--|------------------|-----------------------------|-----------|-----------|-------------|-----------------|
| <b>Classificação</b>                         | <b>Inscrição</b> | <b>Nome</b>                 | <b>Q1</b> | <b>Q2</b> | <b>Nota</b> | <b>Situação</b> |
| 1  | 353769           | LEILANE DE ALMEIDA BORGES   | 17,5      | 17        | 34,5        | Cad. Reserva    |
| -  | 355861           | DICIENE ALMEIDA MOREIRA     | -         | -         | -           | Ausente         |
| -  | 353786           | SÂMELA ATRYLLY LISBOA RAMOS | -         | -         | -           | Ausente         |
| -  | 354687           | KAREN DE OLIVEIRA SANTOS    | -         | -         | -           | Ausente         |
| -  | 354117           | DÉBORA BARBOSA MENDONÇA     | -         | -         | -           | Ausente         |

**Espelho de Resposta QUESTÃO 1 (Total de Pontos: 20)**

1. Conceito de Contrato Administrativo e Peculiaridades (3 pontos)

- Definição (1,5 pontos): Explicar que contrato administrativo é o ajuste firmado entre a Administração Pública e particulares, ou mesmo entre entes públicos, regido predominantemente por normas de direito público, com o objetivo de atender ao interesse público.

- Peculiaridades (1,5 pontos): Indicar características como:

- Presença de cláusulas exorbitantes;
- Predominância do interesse público sobre o privado;
- Possibilidade de alterações unilaterais pela Administração em casos previstos em lei.

2. Alteração do Contrato Administrativo (4 pontos)

- Hipóteses de alteração (2 pontos): Explicação sobre as situações previstas na Lei nº 14.133/2021 para alteração contratual, como:

- Alterações unilaterais pela Administração para modificação quantitativa ou qualitativa do objeto, respeitados limites legais.

- Alterações por acordo entre as partes, para melhor adequação do contrato ao interesse público.

- Limites e formalidades (2 pontos): Destacar os limites percentuais para acréscimos e supressões de valor (25% ou 50%, conforme o caso), bem como a necessidade de justificativa formal e formalização por termo aditivo.

3. Critérios de Interpretação das Cláusulas Contratuais (3 pontos)

- Princípios aplicáveis (1,5 pontos): Enfatizar a aplicação dos princípios da supremacia do interesse público, continuidade do serviço público e boa-fé objetiva.

- Critério de prevalência (1,5 pontos): Destacar que eventuais dúvidas na interpretação das cláusulas devem ser resolvidas em favor do interesse público e do equilíbrio contratual.

#### 4. Requisitos Formais para Celebração e Execução (3 pontos)

- Formalidades essenciais (1,5 pontos): Explicar a necessidade de observância dos requisitos formais, como:

- Instrumento contratual devidamente assinado;
- Publicação resumida do contrato na imprensa oficial;
- Garantias, quando exigidas.

- Falhas possíveis (1,5 pontos): Identificar problemas como ausência de publicação ou descumprimento de cláusulas essenciais à execução.

#### 5. Medidas diante da Inexecução Contratual (4 pontos)

- Sanções administrativas (2 pontos): Explicar medidas cabíveis, como advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e declaração de inidoneidade, conforme os artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

- Rescisão contratual (2 pontos): Descrever as hipóteses legais para rescisão, incluindo descumprimento das obrigações pela contratada e o dever de observar o contraditório e a ampla defesa.

#### 6. Classificação e Modalidades de Contratos Administrativos (3 pontos)

- Classificação (1,5 pontos): Explicar as classificações de contratos administrativos (de obra, prestação de serviços, concessão, fornecimento, entre outros).

- Modalidade aplicável ao caso (1,5 pontos): Identificar que o contrato em análise se trata de um contrato de obra, cuja execução envolve obrigações da Administração e da contratada.

### **Espelho de Resposta QUESTÃO 2 (Total de Pontos: 20)**

#### **### \*\*1. Conceito e Natureza Jurídica do Crédito Tributário\*\* (3 pontos)**

- **\*\*Conceito (1,5 pontos):\*\*** Definir crédito tributário como a obrigação decorrente da relação jurídico-tributária, cujo objetivo é assegurar ao ente público o recebimento do tributo devido.

- **\*\*Natureza Jurídica (1,5 pontos):\*\*** Explicar que o crédito tributário tem natureza patrimonial e compulsória, derivando diretamente da obrigação tributária previamente constituída.

#### **### \*\*2. Lançamento Tributário e Revisão\*\* (5 pontos)**

- **\*\*Tipos e Características do Lançamento (3 pontos):\*\***

- Explicar os tipos de lançamento previstos no Código Tributário Nacional (art. 147 a 150):

- **\*\*Direto:\*\*** Realizado pela Administração Pública sem intervenção do contribuinte.
- **\*\*Por Declaração:\*\*** Realizado pelo Fisco com base em informações fornecidas pelo contribuinte.
- **\*\*Por Homologação:\*\*** Dependente de declaração e pagamento prévio pelo contribuinte, sujeito a posterior homologação pelo Fisco.

- Ressaltar a necessidade de notificação ao contribuinte para constituição válida do crédito tributário.

- **\*\*Revisão (2 pontos):\*\***

- Destacar a possibilidade de revisão de lançamento em caso de erro de fato ou ilegalidade, com base no art. 145 do CTN.

### **\*\*3. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário\*\*** (6 pontos)

- **\*\*Suspensão (2 pontos):\*\***

- Citar hipóteses de suspensão previstas no CTN (art. 151), como:

- Moratória;
- Depósito do montante integral;
- Concessão de liminar em mandado de segurança;
- Parcelamento.

- **\*\*Extinção (2 pontos):\*\***

- Explicar causas de extinção do crédito tributário (art. 156 do CTN), como:

- Pagamento;
- Compensação;
- Prescrição e decadência;
- Decisão administrativa irreformável.

- **\*\*Exclusão (2 pontos):\*\***

- Identificar hipóteses de exclusão do crédito tributário (art. 175 do CTN), como:

- Isenção e anistia, ressaltando sua aplicação nos casos apresentados.

### **\*\*4. Responsabilidade Tributária\*\*** (5 pontos)

- **\*\*Hipóteses de Responsabilidade de Terceiros (2 pontos):\*\***

- Explicar as hipóteses previstas nos arts. 134 e 135 do CTN, incluindo:

- Responsabilidade por atos praticados com excesso de poderes ou infração à lei, contrato social ou estatutos.

- **\*\*Responsabilidade de Sócios-Administradores (2 pontos):\*\***

- Destacar os limites dessa responsabilização, que exige comprovação de dolo, fraude ou atos ilícitos.

- **\*\*Fundamentação Jurisprudencial (1 ponto):\*\***

- Citar decisões do STJ que reforçam a necessidade de comprovação do dolo para redirecionamento da execução fiscal aos sócios.